

**VINCULANDO LA MITIGACIÓN DEL CAMBIO CLIMÁTICO
AL MANEJO FORESTAL COMUNITARIO DE AMAPÁ**

BR-T1275

CERTIFICACIÓN

Por la presente certifico que esta cooperación técnica fue aprobada para financiamiento por el Fondo para Energía Sostenible y Cambio Climático (SCI) de conformidad con la comunicación suscrita con fecha 28 de junio de 2013 por Gerhard Lair, (ORP/GCM). Igualmente, certifico que existen recursos disponibles en el Fondo para Energía Sostenible y Cambio Climático (SCI), hasta por la suma de US\$300.000 para financiar las actividades descritas y presupuestadas en este documento. La reserva de recursos representada por esta certificación es válida por un periodo de cuatro (4) meses calendario contados a partir de la fecha de elegibilidad de financiación del proyecto. Si el proyecto no fuese aprobado por el BID dentro de ese plazo, los fondos reservados se considerarán liberados de compromiso, requiriéndose la firma de una nueva certificación para que se renueve la reserva anterior. El compromiso y desembolso de los recursos correspondientes a esta certificación sólo debe ser efectuado por el Banco en dólares norteamericanos. Esta misma moneda será utilizada para estipular la remuneración y pagos a consultores, a excepción de los pagos a consultores locales que trabajen en su propio país, quienes recibirán su remuneración y pagos contratados en la moneda de ese país. No se podrá destinar ningún recurso del Fondo para cubrir sumas superiores al monto certificado para la implementación de esta operación. Montos superiores al certificado pueden originarse de compromisos estipulados en contratos que sean denominados en una moneda diferente a la moneda del Fondo, lo cual puede resultar en diferencias cambiarias de conversión de monedas sobre las cuales el Fondo no asume riesgo alguno

ORIGINAL FIRMADO

Sonia M. Rivera
Jefe.

Unidad de Gestión de Donaciones y Cofinanciamiento
ORP/GCM

10/28/2013

Fecha

APROBACIÓN

Aprobado

ORIGINAL FIRMADO

Walter Vergara
Jefe de División

División de Cambio Climático y Sostenibilidad
INE/CCS

10/28/2013

Fecha

TC Document

1. Informação Básica

País/Região:	Brasil
Nome da CT:	Ligando mitigação das mudanças climáticas ao manejo florestal comunitário no Amapá
Número da CT:	BR-T1275
Nome do Empréstimo/ Garantia Associada:	NA
Numero do Empréstimo/ Garantia Associada:	NA
Indicar se: Apoio Operacional, Suporte ao Cliente, ou Pesquisa e Divulgação.	Suporte ao Cliente
Chefe da equipe/Membros:	Axelle Boulay (chefe de equipe CCS); Anne Gander (CCS/CBR); Lars Johnsen (CCS/CBR); Cristina Celeste Marzo (LEG/SGO); Carlos Lago (FMP/CBR); Fernanda Schukkel (CCS/CBR), Miriam de Campos (CSC/CBR); and Milagros De Pomar (INE/CCS).
Data da autorização do resumo da CT:	28.06.2013
Doador provendo fundos:	Fundo SECCI (SCI)
Beneficiário:	Estado do Amapá – Instituto Estadual de Florestas do Amapá
Orgão Executor e nome de contato	Instituto Estadual de Florestas do Amapá – IEF-AP Ana Euler (diretora presidente)
Valor da contribuição BID:	US\$300.000
Financiamento contrapartida local, se houver:	US\$60.000
Período de desembolso (incluindo período de execução):	28 meses de desembolso, 24 meses para execução
Data requerida para inicio:	Novembro 2013
Tipos de consultores:	Serviços de consultoria
Preparado pela Unidade:	CCS
Unidade responsável pelo desembolso:	CCS/CBR
CT Incluída na Estratégia de País GN-2662-1 (s/n):	S
CT incluída na CPD 2013(s/n):	S
GCI-9 Prioridade Setorial:	Proteção ambiental e resposta às mudanças climáticas

2. Objetivos e justificativas da CT

- 2.1. No Brasil mais de 55% das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) são provenientes do desmatamento, principalmente na região Amazônica. Nesse sentido, é imprescindível promover estratégias de uso do solo menos impactantes e atreladas à conservação florestal. As regiões florestais da Amazônia possuem características extremas de logística, transporte e serviços públicos e um dos IDHs mais baixos do país. Essas condições geram a necessidade de investimentos específicos para que as populações locais possam desenvolver melhores condições de vida (BRASIL 2013, MCTI).

- 2.2. Mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento, Degradação Florestal, manejo florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono (*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation - REDD+*) consistem no conjunto de estratégias ambientais, sociais e econômicas que podem ser implementadas visando principalmente, a diminuição do desmatamento, a manutenção das florestas em pé e a melhoria da qualidade de vida da população. O Estado do Amapá é o mais conservado da Amazônia, para manter esta conservação torna-se necessário a adoção de medidas que fomentem de forma sustentável o desenvolvimento da população que direta e indiretamente contribuiu para a preservação das florestas.
- 2.3. No momento, o Amapá ainda não possui um marco regulatório oficial relativo a Mudanças Climáticas, Serviços Ambientais e REDD+. No entanto, foi contratada uma consultoria para dar apoio à elaboração deste arcabouço legal com previsão para término em novembro deste ano. Estão em andamento ainda, através do Fórum Amapaense de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (FAMCSA) discussões entre governo, sociedade civil e instituições acadêmicas acerca da criação de uma estratégia formal para serviços ambientais e REDD+ no Estado.
- 2.4. O manejo sustentável da floresta é uma destas estratégias, a qual promove geração de renda para as populações permitindo que estas permaneçam em seu local de origem. No entanto, o Manejo Florestal Comunitário e Familiar ainda enfrenta grandes desafios para se consolidar, entre os quais podemos citar: a ausência de regularização fundiária; a dificuldade de acesso a linhas específicas de crédito, a fragilidade de programas de extensão florestal e assistência técnica; a dificuldade na aprovação de planos de manejo; reduzida escala de produção e rentabilidade para as famílias; inexistência de infraestrutura adequada para garantir o beneficiamento dos produtos florestais, o desenvolvimento de uma cadeia de valor e sua comercialização.
- 2.5. No Estado do Amapá, segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro (2010), a maior parte da produção madeireira (cerca de 70%) não tem comprovação de origem. Segundo o Instituto do Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá - IMAP (2011), praticamente toda madeira licenciada é proveniente de projetos de assentamento da reforma agrária e um número significativo de planos de manejo florestal tem sido desenvolvido por empresas privadas a partir do estabelecimento de contratos de compra e venda de madeira com produtores rurais. De acordo com o SISPROF¹, em 2012 foram protocolados e licenciados no Amapá 31 planos de manejo florestal (área de 2.170.603 ha e 41.351.661m³ de madeira); até o mês de agosto de 2013 registrou-se 25 planos de manejo florestais (área autorizada de 1.210.684 ha e 28.540,756m³ de madeira) (IMAP, 2013).
- 2.6. No entanto, estas atividades têm sido desenvolvidas sem a participação ativa das comunidades locais. A população local não possui capacidade de gestão técnica, comercial e organizacional adequada para promover e acompanhar o processo de exploração sustentável dos recursos florestais. Por não contarem com assistência técnica, estas atividades estão sendo realizadas sem garantia de sustentabilidade

¹ Sistema de Produtos Florestais desenvolvido pelo MMA e utilizado pelo IMAP a partir de 2007, quando a responsabilidade do licenciamento de planos de manejo florestais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária passou do setor Federal para o Estadual.

ambiental. Desta forma, faz-se necessária a intervenção por meio de capacitações para empoderar estas comunidades para manejarem suas florestas.

- 2.7. O objetivo desta CT é apoiar o Estado do Amapá, por meio do Instituto Estadual de Florestas (IEF), para desenvolver atividades florestais sustentáveis visando mitigar as emissões de GEEs e promover a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços bioclimáticos. Uma vez que a CT está diretamente ligada à mitigação das mudanças climáticas, a CT está alinhada com um dos objetivos do GCI-9 que é aumentar substancialmente o apoio a projetos de mudança climática. Esta CT também está alinhada com a estratégia de 2012-2014 do BID para o Brasil (GN-2662-1) através do apoio à geração de informações para os setores público e privado e transferência de tecnologia direcionadas à mitigação de GEE, estando portanto diretamente relacionada às mudanças do clima.

3. Descrição das atividades/componentes e orçamento

- 3.1. Esta CT financiará serviços de consultoria para as seguintes atividades: 1) elaboração do inventário florestal nas áreas de intervenção do projeto; 2) elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentável e capacitação de produtores rurais em manejo florestal sustentável; e 3) Identificação e construção de estratégias de longo prazo para continuidade do projeto, principalmente atreladas a REDD+.
- 3.2. As atividades englobadas nos componentes 1 e 2 serão realizadas em quatro Projetos de Assentamento (PA) da Reforma Agrária do Estado do Amapá, que foram selecionados a partir do “*Diagnóstico de Demandas de Assistência Técnica e Extensão Florestal do Estado do Amapá: Agenda de Ação Estratégica realizado pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá - IEF/AP no ano de 2011*”. Os Projetos de Assentamento (PAs) selecionados são: Projeto de Assentamento (PA) Serra do Navio (13 famílias, manejo florestal de terra firme), Projeto de Assentamento (PA) Nova Canaã (10 famílias, manejo florestal de terra firme), Projeto de Assentamento (PA) Nova Colina (10 famílias, manejo florestal de terra firme) e Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Maracá (30 famílias, manejo florestal de várzea). Nos PAs selecionados a posse legal da terra é regular, portanto, estes são elegíveis para uma gestão florestal sustentável de longo prazo. A CT financiará os seguintes componentes:
- 3.3. **Componente 1:** Elaboração do inventário florestal das áreas de intervenção do projeto . Este componente financiará a elaboração do inventário florestal nos quatro Projetos de Assentamento (PAs) com o objetivo de quantificar o potencial madeireiro dos mesmos.
- 3.4. **Componente 2:** Elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFS) e Capacitação dos produtores rurais . Este componente financiará as seguintes atividades:
 - i. Sistematização da Governança para o Manejo Florestal:
 - Nos PAs: Realização de um diagnóstico para: (i) avaliação das áreas e arranjo dos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis (PMFSs) (número, área e categoria de PMFs); ii) discussões sobre divisão de lucro e demais regras de gestão dos manejadores. Realização de visitas técnicas e oficinas nos PAs.
 - No âmbito estadual: realização de discussões e desenvolvimento de organograma dos atores envolvidos no manejo florestal no Amapá (instituições

governamentais atuantes e seus papéis; atuação dos demais setores²). Os resultados obtidos com este subcomponente auxiliarão a análise do potencial econômico do Manejo Florestal, as estratégias para elaboração dos PMFSs e os direcionamentos dos cursos de capacitação nos PAs.

ii. Análise do potencial econômico do Manejo Florestal em função das características mapeadas no sistema de governança florestal do Amapá.

iii. Capacitação em Manejo Florestal:

O Projeto apoiará a realização de treinamentos para o desenvolvimento das capacidades de gestão e manejo florestal sustentável dos produtores rurais dos PAs selecionados sobre: (i) Manejo Florestal- Exploração de Impacto Reduzido; e (ii) Gestão Florestal abrangendo os seguintes temas:

- Manejo Florestal - exploração de impacto reduzido: legislação florestal; segurança no trabalho; delimitação da área de manejo e de talhões; abertura de picadas, uso de GPS e bússola; inventário florestal 100%; atividades pré-exploratórias; exploração – corte e derruba direcional; desdobro; romaneio; comercialização.
- Gestão Florestal: entendimento dos PMFS; planejamento operacional, processos de licenciamento, Sistema DOF – Documento de Origem Florestal: cadastramento, acesso e comercialização, contratos, impostos e tributos florestais. Os cursos contribuirão para uma gestão mais eficaz e adequada dos recursos financeiros oriundos dos planos de manejo o que possibilitará o manejo florestal sustentável.

iv. Elaboração de PMFSs: Com objetivo de propiciar fonte de renda aos moradores dos PAs, serão elaborados PMFSs nos Projetos de Assentamento assistidos pela CT.

3.5. **Componente 3:** Análise da viabilidade de continuidade do projeto . Este componente financiará a identificação de estratégias de continuidade do projeto, as quais serão descritas em um estudo que conterà:

- Possíveis fontes de financiamento e estratégias para continuidade do projeto;
- Oportunidades e possíveis fontes de financiamento para a continuidade do projeto atrelada ao mecanismo de REDD+.
- Verificar oportunidades de políticas públicas para apoiar iniciativas de REDD+.

3.6. A Tabela 1 apresenta o quadro de custos da CT contendo os valores da contribuição do BID e da contrapartida local não-financeira.

TABELA 1: Orçamento Indicativo

Produtos	Fonte de Financiamento		Total (US\$)	%
	IDB	Contrapartida		
Componente 1. Inventário florestal das áreas de intervenção do projeto	102.485,16	20.000,00	122.485,16	34,02%
Inventário florestal para avaliar o potencial madeireiro dos quatro PAs do projeto	102.485,16	20.000,00	122.485,16	
Componente 2. Capacitações e elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentáveis	124.039,92	20.000,00	144.039,92	40,01%

² Esses atores referem-se a organizações não-governamentais (ongs), organizações comunitárias, instituições, fundações, entidades do setor público e privado, dentre outros.

	Sistematização da governança no Manejo Florestal	20.084,00	4.000,00	24.084,00	
	Análise do potencial econômico do Manejo Florestal	15.108,98	4.000,00	19.108,98	
	Capacitações em Manejo Florestal – Exploração de Impacto Reduzido	40.578,98	4.000,00	44.578,98	
	Capacitações em Manejo Florestal – Gestão Florestal	33.983,98	4.000,00	37.983,98	
	Elaboração de PMFSs	14.283,98	4.000,00	18.283,98	
	Componente 3. Identificação de fontes de financiamento de longo prazo	43.474,92	20.000,00	63.474,92	17,6%
	Estudo das possíveis fontes de financiamento para continuidade do projeto	43.474,92	20.000,00	63.474,92	
	Avaliação da CT	30.000,00	-	30.000,00	8,3%
	Avaliação de meio termo	15.000,00	-	15.000,00	
	Avaliação final	15.000,00	-	15.000,00	
	TOTAL	300.000,00	60.000,00	360.000,00	100%

3.7 A contrapartida local não financeira será aportada pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá através de apoio ao trabalho de campo do projeto, mediante a disponibilização de veículos, apoio logístico e técnico ao projeto.

4. Órgão executor e estrutura de execução

- 4.1. O órgão executor da CT será o Instituto Estadual de Florestas do Amapá – IEF-AP. Atualmente o IEF-AP está envolvido em três agendas de cooperação internacional. O IEF-AP preside o Comitê Gestor e Comitê Executivo do Projeto "Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade do Amapá", financiado pela Agencia Francesa de Desenvolvimento e o Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos. O IEF-AP é igualmente presidente do Comitê Gestor do projeto "REDD+ para o Escudo das Guianas" em cooperação com os órgãos florestais da Guiana Francesa, Guiana e Suriname além de representar o Governo do Amapá na Força Tarefa dos Governadores para Clima e Floresta, envolvendo diversos países.
- 4.2. O IEF-AP realizará a contratação direta do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) para a prestação da totalidade dos serviços de consultoria desta CT, de acordo com os termos da Política de Consultores do BID (documento GN-2350-9). A contratação do IDESAM será revisada pelo Banco de forma *ex ante*.
- 4.3. O Órgão Executor será responsável pelo planejamento, gestão administrativa e fiduciária, acompanhamento técnico e avaliação da CT. O Órgão Executor deverá ainda manter registros contábeis e financeiros, assim como uma estrutura de controles internos para a gestão efetiva da CT.
- 4.2 O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, com sede na cidade de Manaus, Amazonas. A contratação direta desta instituição pelo órgão executor será feita devido à grande experiência do instituto na região com projetos na área de conservação e produção florestal, redução do desmatamento, serviços ambientais e mudanças climáticas. O IDESAM poderá desenvolver os trabalhos de consultoria desta CT com eficiência e eficácia devido à sua experiência única na área de enfoque do projeto. Nesse sentido, o IDESAM apresenta experiência de valor excepcional para a execução dos serviços de consultoria financiados pela CT.

- i) O IDESAM atua para promover o manejo florestal como ferramenta de conservação e desenvolvimento local. Desde 2006, o IDESAM atua com levantamentos e pesquisas florestais, cursos de capacitação, elaboração de planos de manejo florestal e extensão rural.
- ii) Em termos práticos, já foram realizados quatro cursos de manejo florestal para mais de 60 manejadores no Amazonas. Na área de extensão, o IDESAM elaborou 12 Planos de Manejo Florestal para pequenos manejadores, nos quais presta assistência técnica em todas as etapas da cadeia. Para estes planos foram elaborados estudos econômico e de arranjo organizacional como forma de acordar as regras de gestão dos planos de manejo, assim como, definir estratégias para o desenvolvimento da atividade. Tendo portanto experiência única para completar o trabalho referente aos componentes 1 e 2.
- iii) Os pesquisadores do IDESAM também estão envolvidos em pesquisas e no fomento a políticas públicas para avaliar e propor melhorias técnicas, políticas e de gestão para o manejo florestal. Na área de políticas públicas, o IDESAM atua na construção e avaliação de leis, decretos, regulamentos e programas governamentais, para garantir a transparência, eficiência e busca de resultados concretos nas políticas voltadas ao setor florestal. Sendo portanto plenamente capacitados e com experiência única para completar o trabalho do componente 3.

4.3 Atualmente, o IDESAM possui 33 colaboradores, os quais desenvolvem projetos e pesquisas relacionadas aos temas: serviços ambientais e mudanças climáticas, unidades de conservação e manejo florestal. A área de atuação da instituição abrange: Amazonas, Rondônia, Pará, Mato Grosso e África Tropical. Em 2012, o IDESAM atuou em 12 projetos, movimentando BRL 2.400.000,00 (US\$1.184.249,48). Neste sentido mostra-se a ampla experiência do IDESAM na região Amazônica brasileira, indicando seu conhecimento da região e sua capacidade de realizar os serviços de consultoria necessários para o desenvolvimento das atividades dos componentes 1 a 3 deste projeto.

5. Monitoramento e avaliação

5.1. O plano de monitoramento e avaliação da CT busca garantir o sucesso da implantação oportuna das atividades da CT e avaliar a efetividade destas ao longo do prazo de execução. Para tanto, o Órgão Executor deverá: (i) monitorar a execução das atividades da CT atentando para as datas previstas e realizadas das contratações, controle de entrega de relatórios e serviços, e outros aspectos pertinentes à gestão de projetos; (ii) fornecer ao Banco relatórios semestrais de progresso, identificando o desempenho da execução, eventuais problemas, e eventuais medidas corretivas; e (iii) fornecer ao Banco relatórios de avaliação intermediária para identificar eventuais ajustes importantes, e de avaliação final, para que se mensurem os principais impactos gerados pela CT. O relatório de avaliação intermediária deverá ser entregue ao Banco no prazo de até 30 (trinta) dias após o desembolso de 50% dos recursos da contribuição do Banco e o relatório de avaliação final deverá ser fornecido no prazo de até 30 (trinta) dias posteriores ao desembolso de 90% dos recursos da contribuição do Banco.

6. Principais questões

6.1 **Aquisições.** A contratação dos serviços de consultoria para a CT será feita de acordo com a política do BID (GN-2350-9) e seguindo as disposições do seu [Plano de](#)

Aquisições. O Plano de Aquisições será atualizado anualmente ou quando alterações substanciais sejam necessárias.

6.2 Gestão de riscos. Os principais riscos da CT e as principais medidas concebidas para manejar tais riscos podem ser encontrados na Tabela 2 abaixo.

TABELA 2: Principais riscos da CT e medidas de gestão

Descrição dos Principais riscos	Ações propostas
<i>Execução feita pelo IEF-AP.</i>	<i>Monitoramento regular de objetivos e gastos da CT feito pelo BID junto ao IEF-AP.</i>
<i>Mudanças de equipe, institucionais e/ou estratégicas no IEF-AP.</i>	<i>Manutenção de sólida memória do Projeto.</i>
<i>Contratação direta do IDESAM e fato de que todas as atividades do projeto serão desenvolvidas por essa instituição.</i>	<i>Monitoramento regular de objetivos e resultados da CT feito pelo IEF-AP e BID junto ao IDESAM. IEF colocará dois técnicos à disposição para acompanhamento das atividades de campo do IDESAM de forma a garantir o bom andamento da CT. O IDESAM possui grande experiência na região com projetos na área de conservação e produção florestal, redução do desmatamento, serviços ambientais e mudanças climáticas (e especificamente ligadas à esta CT, possui grande experiência em manejo florestal e capacitação.</i>
<i>IEF-AP com dificuldade de provisão dos recursos de contrapartida para a CT por questões internas de disponibilidade e/ou alocação dos recursos.</i>	<i>Compromisso do IEF-AP com BID. Carta convenio firmada entre IEF-AP e BID antes do início da execução onde são especificados os compromissos e obrigações, enquanto órgão executor da CT, em cumprir as disposições estabelecidas neste Documento de CT.</i>
<i>Cenário de desvalorização do dólar em relação ao real, correspondendo à redução nos valores disponíveis para a CT.</i>	<i>Há explícita tentativa de manutenção de estabilidade cambial no atual patamar pelo Gov. Brasileiro; Utilização de cotação de 2:1 para fins de planejamento em detrimento à cotação spot.</i>

7. Exceções às Políticas do Banco

7.1 Não há exceção para as políticas do Banco nesta operação.

8. Estratégia Ambiental e Social

8.1 Com base na política do Banco de Conformidade Ambiental e de Salvaguardas (OP-703), e tendo em conta os objetivos, os impactos e os riscos considerados para esta CT, esta operação é classificada como categoria C. O resumo dos impactos/riscos do Relatório do Filtro de Políticas de Salvaguardas ([SPF](#) e [SSF](#)) indica que as atividades financiadas por esta operação não terão impactos negativos diretos ou indiretos, social ou ambiental.

9. Anexos

ANEXO I - Pedido do beneficiário - carta do Governador

ANEXO II - Plano de aquisições

ANEXO III - Termos de referencia

ANEXO IV - Matriz de Resultados



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

BID_GOV 09.07.12 OF

Ofício nº 217 /GOV

Macapá, 09 de julho de 2012

Senhor Representante:

O Governo do Amapá, através do seu Instituto Estadual de Florestas, vem solicitar o apoio do BID para uma cooperação técnica a ser desenvolvida com o objetivo de trabalhar a cadeia de produção e comercialização de produtos florestais no Amapá, por meio do Projeto "Ligando Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima".

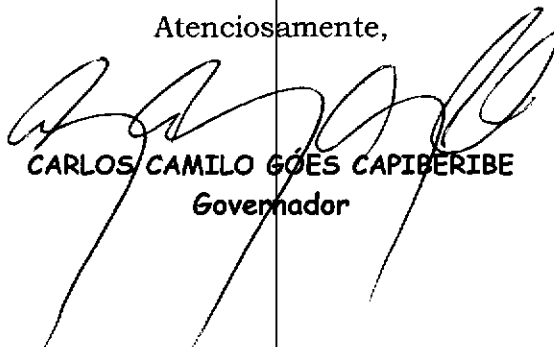
Este projeto inovador terá como objetivo o manejo florestal sustentado e o aumento de renda da população que depende do recurso florestal, integrando aspectos de mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Estimaríamos que a cooperação técnica entre as duas instituições envolvesse a execução das seguintes atividades:

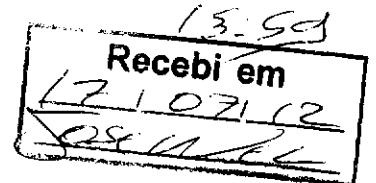
- Difusão e treinamento para o manejo florestal sustentável;
- Fortalecimento da organização comunitária;
- Inventário e mapeamento participativos dos recursos florestais;
- Apoio à elaboração e ao licenciamento de planos de manejo comunitários;
- Apoio à certificação florestal; e
- Apoio à comercialização de produtos florestais comunitários.

Ficamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



CARLOS CAMILO GÓES CAPIBERIBE
Governador



Ao Senhor

JUAN CARLOS DA LA HOZ

Representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
Setor Embaixadas Norte – Quadra 802 – Conj. F – Lote 39 – Asa Norte
CEP: 70.800-400

Brasília-DF

PLANO DE AQUISIÇÃO PARA COOPERAÇÕES TÉCNICAS NÃO REEMBOLSÁVEIS										
País: Brasil			Agência executora: IDB				Setor Público / Privado : Publico			
Numero do Projeto: BR-T1275			Título do projeto: Ligando mitigação das mudanças climáticas ao manejo florestal comunitário no Amapá							
Período de execução: Novembro 2013 - Novembro 2015										
Financiamento de: \$300,000			Contrapartida local: USD\$ 60,000							
Limite para a revisão de aquisições ex post : N/A			Bens e serviços (US\$):		Serviços de consultoria(US\$):		300,000			
Item No.	Ref. AWP	Descrição (1)	Custo estimado do contrato (US\$)	Método de Aquisições (2)	Revisão de aquisições (ex-ante or ex-post) (3)	Fonte de financiamento e porcentage		Datas Estimadas Publicação / Anúncio Especifico de Aquisição	Revisão Técnica pelo PTL(4)	Comentários
						ECC %	Local/outra %			
1		Componentes 1, 2 e 3								
		Serviços de consultoria	270,000.00	CD	ex ante	100		Nov-13		
2		Avaliação da CT								
		Serviços de consultoria	30,000.00	CQC	ex ante	100		Nov-14		
Total			\$ 300,000	Preparado por: CCS/CBR			Data: Outubro 2013			
(1)										
(2) Bens e Serviços: CP: Comparação de Preços; CD: Contratação Direta; LPN: Licitação Pública Nacional; LPI: Licitação Pública Internacional										
(2) Empresas de Consultoria: SBQC: Seleção Baseada em Qualidade e Custo; SBQ: Seleção Baseada apenas na Qualidade; SOF: Seleção com Orçamento Fixo; CD: Contratação Direta ou de Fonte Única; SMC: Seleção pelo Menor Preço.										
(2) Consultores individuais (CI): Consultores Individuais; SQC: Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor; CD: Contratação Direta ou Fonte Única.										
(3) Avaliação Ex-ante / Ex-post: Em geral, dependendo da capacidade institucional e nível de risco associado com a aquisição, a análise ex-post é a modalidade padrão. A revisão ex-ante pode ser especificada para o procedimentos críticos ou complexos.										
(4) Revisão Técnica: A PTL irá usar esta coluna para definir as compras que ele / ela considera "crítica" ou "complexa", que requer avaliação ex ante dos termos de referência, especificações técnicas, relatórios, saídas, ou outros itens.										

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DO AMAPÁ (IEF-AP)
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**Ligando mitigação das mudanças climáticas ao manejo florestal comunitário no
Amapá BR- T1275**

Termos de Referência

Brasília - DF

Outubro de 2013

Ligando mitigação das mudanças climáticas ao manejo florestal comunitário no Amapá BR-T1275

TERMOS DE REFERÊNCIA: Consultoria de Pessoa Física para realização de Inventário Florestal, elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentável e capacitação de produtores rurais em manejo florestal sustentável e identificação de fontes de financiamento de longo prazo

1. CONTEXTO

- 1.1 No Brasil mais de 55% das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) são provenientes do desmatamento, principalmente na região Amazônica. Nesse sentido, é imprescindível promover estratégias de uso do solo menos impactantes e atreladas à conservação florestal. As regiões florestais da Amazônia possuem características extremas de logística, transporte e serviços públicos e um dos IDHs mais baixos do país. Essas condições geram a necessidade de investimentos específicos para que as populações locais possam desenvolver melhores condições de vida.
- 1.2 O manejo sustentável da floresta é uma destas estratégias, a qual promove geração de renda para as populações permitindo que estas permaneçam em seu local de origem. No entanto, o Manejo Florestal Comunitário e Familiar ainda enfrenta grandes desafios para se consolidar, entre os quais podemos citar: a ausência de regularização fundiária; a dificuldade de acesso a linhas específicas de crédito, a fragilidade de programas de extensão florestal e assistência técnica; a dificuldade na aprovação de planos de manejo; reduzida escala de produção e rentabilidade para as famílias; inexistência de infraestrutura adequada para garantir o beneficiamento dos produtos florestais, o desenvolvimento de uma cadeia de valor e sua comercialização.
- 1.3 No Estado do Amapá, segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro (2010), a maior parte da produção madeireira (cerca de 70%) não tem comprovação de origem. Segundo o IMAP (2011), praticamente toda madeira licenciada é proveniente de projetos de assentamento da reforma agrária e um número significativo de planos de manejo florestal tem sido desenvolvido por empresas privadas a partir do estabelecimento de contratos de compra e venda de madeira com produtores rurais. De acordo com o SISPROF¹, em 2012 foram protocolados e licenciados no Amapá 31 planos de manejo florestais (área de 2.170,603 ha e 41.351,661m³ de madeira); até o mês de agosto de 2013 registrou-se 25 planos de manejo florestais (área autorizada de 1.210,684 ha e 28.540,756m³ de madeira) (IMAP, 2013).

¹ Sistema de Produtos Florestais desenvolvido pelo MMA e utilizado pelo IMAP a partir de 2007, quando a responsabilidade do licenciamento de planos de manejo florestais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária passou do setor Federal para o Estadual.

- 1.4 Estas atividades têm sido desenvolvidas sem a participação ativa das comunidades. A população local não possui capacidade de gestão técnica, comercial e organizacional adequada para promover e acompanhar o processo de exploração sustentável dos recursos florestais. Por não contarem com assistência técnica, estas atividades estão sendo realizadas sem garantia de sustentabilidade ambiental. Desta forma, faz-se necessária a intervenção por meio de capacitações para empoderar estas comunidades para manejarem suas florestas.
- 1.5 O objetivo desta CT é apoiar o Governo do Estado do Amapá, por meio do Instituto Estadual de Florestas (IEF), para desenvolver atividades florestais sustentáveis visando mitigar as emissões de GEEs e promover a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços bioclimáticos. Uma vez que a CT está diretamente ligada à mitigação e adaptação das mudanças climáticas, a CT está alinhada com um dos objetivos do GCI-9 que é aumentar substancialmente o apoio a projetos de mudança climática. Esta CT também está alinhada com a estratégia de 2012-2014 do BID para o Brasil (GN-2662-1).
- 1.6 As atividades da CT ocorrerão em quatro Projetos de Assentamento (PA) da Reforma Agrária do Estado do Amapá, que foram selecionados a partir do “*Diagnóstico de Demandas de Assistência Técnica e Extensão Florestal do Estado do Amapá: Agenda de Ação Estratégica realizado pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá - IEF/AP no ano de 2011*”. Os Projetos de Assentamento (PAs) selecionados são: Projeto de Assentamento (PA) Serra do Navio (13 famílias, manejo florestal de terra firme), Projeto de Assentamento (PA) Nova Canaã (10 famílias, manejo florestal de terra firme), Projeto de Assentamento (PA) Nova Colina (10 famílias, manejo florestal de terra firme) e Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Maracá (30 famílias, manejo florestal de várzea). Nos PAs selecionados a posse da terra é regular, portanto, estes são elegíveis para uma gestão florestal de longo prazo.
- 1.7 A CT é composta por três componentes:
- 1) Inventário florestal nas áreas de intervenção do projeto:
Este componente irá financiar o inventário florestal nos quatro Projetos de Assentamentos (PAs) com o objetivo de quantificar o potencial madeireiro dos mesmos.
 - 2) Elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentável e capacitação de produtores rurais em manejo florestal sustentável:

Este componente será composto por um estudo de Sistematização da Governança Florestal no Amapá, por um estudo do potencial econômico dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFSs) a serem elaborados, por cursos de capacitação e pela elaboração de PMFSs.

- i. Sistematização da Governança para o Manejo Florestal:
 - Nos PAs: Realização de um diagnóstico para: (i) avaliação das áreas e arranjo dos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis (PMFSs) (número, área e categoria de PMFs); ii) discussões sobre divisão de lucro e demais regras de gestão dos manejadores. Realização de visitas técnicas e oficinas nos PAs.
 - Âmbito estadual: discutir e desenvolver organograma dos atores do manejo florestal no Amapá (instituições governamentais atuantes e seus papéis; atuação dos demais setores). Os resultados irão auxiliar o estudo econômico, as estratégias para elaboração dos PMFSs e os direcionamentos dos cursos de capacitação.
- ii. Análise do potencial econômico do Manejo Florestal em função das características estabelecidas no sistema de governança florestal.
- iii. Capacitação em Manejo Florestal:

O Projeto irá apoiar a realização de treinamentos para o desenvolvimento das capacidades de gestão e manejo florestal sustentável dos produtores rurais sobre: (i) Manejo Florestal- Exploração de Impacto Reduzido e (ii) Gestão Florestal abrangendo os seguintes temas:

 - Manejo Florestal - exploração de impacto reduzido: legislação florestal; segurança no trabalho; delimitação da área de manejo e de talhões; abertura de picadas, uso de GPS e bússola; inventário florestal 100%; atividades pré-exploratórias; exploração – corte e derruba direcional; desdobro; romaneio; comercialização.
 - Gestão Florestal: entendimento do PMFS; planejamento operacional, processos de licenciamento, Sistema DOF – Documento de Origem Florestal: cadastramento, acesso e comercialização, contratos, impostos e tributos florestais. Os cursos contribuirão para uma gestão mais eficaz e adequada dos recursos financeiros oriundos dos planos de manejo o que irá possibilitar a continuidade da atividade florestal.
- iv. Elaboração de PMFSs: Com objetivo de propiciar fonte de renda aos moradores dos PAs, serão elaborados PMFSs nos Projetos de Assentamento assistidos pela CT.

3) Identificação de fontes de financiamento de longo prazo:

Este componente irá identificar estratégias de continuidade do projeto, as quais serão descritas em um estudo que conterá:

- possíveis fontes de financiamento e estratégias para continuidade do projeto;
- oportunidades e possíveis fontes de financiamento para a continuidade do projeto atrelada ao mecanismo de REDD+, contendo os elementos principais para o Programa Estadual de REDD+ no Amapá.

2. OBJETIVO

Este termo de referência visa regular a contratação de serviço de consultoria para:

(i) Elaboração de inventários florestais em quatro Projetos de Assentamento (PA) da Reforma Agrária do Estado do Amapá. Os inventários terão com objetivo quantificar o potencial madeireiro destes Assentamentos para subsidiar a elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentáveis.

(ii) Elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFSs) e capacitação de 20 produtores rurais em manejo florestal sustentável. Além disto, deverá também preparar estudo de viabilidade econômica dos PMFSs e estudo sobre o arranjo florestal no estado do Amapá e dos Projetos de Assentamento.

(iii) Identificação de estratégias de continuidade do projeto BR-T1275 bem como alternativas para financiamento de REDD+ no estado. Estas estratégias devem contemplar oportunidades e possíveis fontes de financiamento para a continuidade do projeto atrelada ao mecanismo de REDD+, contendo os elementos principais para o Programa Estadual de REDD+ no Amapá.

3. ATIVIDADES E PRODUTOS

Atividades

A contratada terá como atribuições desenvolver a metodologia a ser empregada, realizar os inventários em campo, digitalizar informações e elaborar relatório técnico sobre o resultado obtido.

Referente aos Planos de Manejo Florestais e capacitações será de responsabilidade da contratada desenvolver a metodologia a ser empregada, elaborar os estudos requeridos, protocolar no órgão de licenciamento estadual os PMFSs elaborados, organizar e realizar as capacitações. As atividades serão apoiadas pelo IEF-AP, o qual permitirá o uso de veículo terrestre, disponibilizará seus escritórios no interior do estado, assim como, apoiará as atividades cedendo dois técnicos do Instituto.

A contratada terá ainda que identificar e elaborar estratégias de continuidade do projeto, principalmente as relacionadas a mecanismos de REDD+. Dessa forma, a contratada deverá identificar os elementos principais para o Programa Estadual de REDD+ no Amapá.

4. PRODUTOS

PRODUTO 1 – aos 30 dias – Plano de trabalho contendo a metodologia a ser empregada. O plano de trabalho deverá detalhar as atividades a serem realizadas incluindo:

- metodologia de inventário 100% (incluindo informações a serem levantadas, área a ser inventariada, localização, equipe)
- esqueleto de base de dados a ser preenchida com informações de campo
- estrutura do relatório final, indicando seções e informações que constarão de cada uma.

PRODUTO 2 aos 60 dias – Plano de trabalho contendo a metodologia a ser empregada;

O plano de trabalho deverá detalhar as atividades a serem realizadas incluindo:

- metodologia de preparação do PMFS (incluindo informações a serem levantadas, equipe, cronograma);
- proposta para estudo de viabilidade econômica dos PMFS incluindo metodologia, fonte de informações, orçamento e equipe;
- proposta de estudo sobre arranjo florestal no estado do Amapá e PAs incluindo metodologia, fonte de informações, orçamento e equipe;
- proposta de capacitação incluindo estrutura dos cursos, conteúdo, número de participantes, cronograma, estrutura necessária, orçamento e equipe.
- estrutura do relatório final, indicando seções e informações que constarão de cada uma.

Nos PAs o estudo deverá contemplar: (i) avaliação das áreas e arranjo dos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis (PMFSs) (número, área e categoria de PMFs); ii) discussões sobre divisão de lucro e demais regras de gestão dos manejadores. Realização de visitas técnicas e oficinas nos PAs. Em âmbito estadual o estudo deverá contemplar: discutir e desenvolver organograma dos atores do manejo florestal no Amapá (instituições governamentais atuantes e seus papéis; atuação dos demais setores). –

PRODUTO 3 - aos 120 dias – Documento técnico demonstrando a Sistematização da Governança para o Manejo Florestal. O documento deverá abranger a governança florestal nos PAs e no Estado.

PRODUTO 4 - aos 180 dias – Análise do potencial econômico do Manejo Florestal nos PAs em função das características estabelecidas no sistema de governança florestal e Documento técnico contendo o potencial madeireiro de cada Projeto de Assentamento da Reforma Agrária e base de dados primária. A base de dados e o relatório técnico devem seguir as indicações do produto 1 aprovado pelo BID e beneficiário da CT. Quaisquer ajustes devem ser justificados.

PRODUTO 5 – aos 360 dias – Realizar capacitações em Manejo Florestal nos quatro PAs assistidos pela CT. Os treinamentos deverão desenvolver capacidades de gestão e manejo florestal sustentável dos produtores rurais, dessa forma, deverão ser realizados dois treinamentos: (i) Manejo Florestal- Exploração de Impacto Reduzido e (ii) Gestão Florestal abrangendo os seguintes temas:

- Manejo Florestal - exploração de impacto reduzido: legislação florestal; segurança no trabalho; delimitação da área de manejo e de talhões; abertura de picadas, uso de GPS e bússola; inventário florestal 100%; atividades pré-exploratórias; exploração – corte e derruba direcional; desdobro; romaneio; comercialização.
- Gestão Florestal: entendimento do PMFS; planejamento operacional, processos de licenciamento, Sistema DOF – Documento de Origem Florestal: cadastramento, acesso e comercialização, contratos, impostos e tributos florestais. Os cursos contribuirão para uma gestão mais eficaz e adequada dos recursos financeiros oriundos dos planos de manejo o que irá possibilitar a continuidade da atividade florestal.

O Produto 5 deverá conter um relatório resumido com uma sistematização da avaliação dos participantes do curso, informações sobre seu andamento e lista de presença.

PRODUTO 6 – aos 540 dias - Elaboração de PMFSs. PMFS para áreas de 63 famílias deverão ser elaborados e protocolados no órgão licenciador do estado.

PRODUTO 7 - aos 630 dias – Documento técnico contendo:

- i. possíveis fontes de financiamento e estratégias para continuidade do projeto;
- ii. oportunidades e possíveis fontes de financiamento para a continuidade do projeto atrelada ao mecanismo de REDD+, contendo os elementos principais para o Programa Estadual de REDD+ no Amapá.

Os Produtos deverão ser entregues em versão digital .doc ou .docx. exceto a base de dados do Produto 4, que deverá ser entregue em .xls ou .xlsx ou outro arquivo compatível com bases de dados.

Os direitos autorais dos trabalhos preparados é do BID, sendo necessária sua aprovação para publicações ou outros usos.

5. FORMA DE PAGAMENTO

A contratada receberá os pagamentos associados a esta consultoria no seguinte cronograma:

- 25% na assinatura de contrato;
- 20% quando da entrega e aprovação, por parte da coordenação, do Produto 1,2, 3 e 4;
- 25% quando da entrega e aprovação, por parte da coordenação, do Produto 5.
- 20% quando da entrega e aprovação, por parte da coordenação, do Produto 6
- 10% quando da entrega e aprovação, por parte da coordenação, do Produto 7;

6. COORDENAÇÃO

A responsabilidade pela coordenação e supervisão do trabalho e produtos é do responsável pela CT no órgão executor Instituto Estadual de Florestas do Estado do Amapá- IEF-AP.

7. CARACTERÍSTICA DA CONSULTORIA

- Categoria da consultoria: Consultoria Pessoa Jurídica
- Duração do contrato: 730 dias
- Local de trabalho: Brasil; cidade a definir.

8. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- Experiência: Experiência mínima de 5 anos em inventários florestais para fins madeireiros na Amazônia. Experiência em realização de cursos de capacitação em

manejo florestal para pequenos manejadores florestais na Amazônia e em elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentáveis e assistência técnica florestal. Experiência em elaboração de projetos de carbono florestal e políticas públicas relacionadas a Serviços Ambientais. Experiência em gestão de informações florestais. Área de expertise: manejo florestal, projetos de carbono

MATRIZ DE RESULTADOS

BR-T1275 - Ligando mitigação das mudanças climáticas ao manejo florestal comunitário no Amapá

Atividade	Resultado	Ano 1	Ano 2	Modo de Verificação	Produto
Inventário Florestal	Avaliação do potencial madeireiro dos quatro Projetos de Assentamento	X		Resultados do potencial madeireiro	- Relatório contendo potencial madeireiro dos PAs avaliados. - Base de dados do inventário
Sistematização da Governança para o manejo Florestal	Identificação de atores e competências do setor florestal do estado do Amapá	X		Relatório publicado	Relatório contendo: (i) acordos, regras e modelos de implementação do manejo florestal nos PAs; (ii) organograma e papéis de instituições governamentais
Análise do potencial econômico do Manejo Florestal	Avaliação econômica da atividade florestal por Projeto de Assentamento.	X		Relatório publicado	Relatório publicado
Capacitação em Manejo Florestal - exploração de impacto reduzido	20 manejadores capacitados	X		Listas de presença	4 oficinas de 112 horas de capacitação cada
Capacitação em Manejo Florestal - Gestão Florestal	20 manejadores capacitados		X	Listas de presença	4 oficinas de 112 horas de capacitação cada
Elaboração de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS	PMFSs para 63 famílias protocolados no órgão licenciador		X	Protocolos de entrega dos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis	PMFSs protocolados no órgão licenciador
Estudo de fontes	Identificação das		X	Relatório	Relatório

de financiamento de longo prazo	possíveis fontes de financiamento para continuidade do projeto			publicado	publicado
Estudo de oportunidades para continuidade do projeto por estratégias de REDD+	Identificação de oportunidades e possíveis fontes de financiamento para a continuidade do projeto atrelada ao mecanismo de REDD+		X	Relatório publicado	Relatório publicado
Monitoramento da CT	Relatórios semestrais enviados pelo IEF ao BID sobre andamento das atividades da CT	X	X	Relatório semestral	Relatório semestral analisado e aprovado
Avaliação Intermediária da CT	Relatório de avaliação intermediária para identificar eventuais ajustes importantes	X		Relatório de avaliação intermediária	Relatório de avaliação intermediária analisado e aprovado
Avaliação Final da CT	Relatório final de avaliação da CT para subsidiar projetos futuros sobre informações prioritárias e planejamento para coleta e processamento das mesmas		X	Relatório publicado	Relatório publicado